



**XIII Simpósio de Ensino e Pesquisa em
Matemática – SEPMAT e XI Semana
da Matemática**



16 a 18 de setembro de 2026

REVISANDO ALGUNS CONCEITOS MATEMÁTICOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Edinaldo Pereira de Souza¹
Laércio de Jesus Café²
José Carlos Quirino³

RESUMO

A inclusão de estudantes com deficiência intelectual no ensino superior exige práticas pedagógicas que considerem as singularidades, os tempos de aprendizagem e as formas de participação acadêmica. Este trabalho objetiva refletir sobre os desafios enfrentados por esses estudantes no Curso de Matemática da UEMS/Cassilândia, destacando o apoio pedagógico, as adaptações razoáveis e as práticas docentes inclusivas. Trata-se de uma reflexão qualitativa, bibliográfica e documental, fundamentada em legislações, documentos oficiais e autores da educação inclusiva. Os resultados indicam que as dificuldades não decorrem apenas da deficiência, mas também de barreiras pedagógicas, metodológicas, avaliativas e atitudinais. Conclui-se que a inclusão efetiva requer compromisso institucional, formação docente, acompanhamento contínuo e práticas flexíveis que favoreçam permanência, aprendizagem e participação acadêmica.

Palavras-chave: Deficiência intelectual; Ensino superior; Educação inclusiva; Matemática; Apoio pedagógico.

1 INTRODUÇÃO

¹ Estudante do curso de Matemática – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – E-mail: edinaldopereiradesouza063@gmail.com

² Professor Adjunto do curso de Matemática e Letras – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – E-mail: laercio.cafe@uems.br

³ Professor do Atendimento Educacional Especializado da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – e-mail: jose.quirino@uems.br

A presença de estudantes com deficiência intelectual no ensino superior representa uma conquista importante no processo de democratização da educação brasileira. Durante muito tempo, a universidade foi compreendida como um espaço restrito, marcado por exigências acadêmicas rígidas e por práticas pedagógicas pouco sensíveis às diferenças. Entretanto, o fortalecimento das políticas de inclusão e o reconhecimento da educação como direito de todos têm contribuído para ampliar o acesso de estudantes com diferentes condições, trajetórias e necessidades aos cursos superiores.

No contexto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Cassilândia, a inclusão de estudantes com deficiência intelectual no Curso de Matemática exige uma reflexão sobre o modo como a instituição organiza suas práticas de ensino, avaliação e acompanhamento acadêmico. A Matemática, por sua natureza, envolve linguagem simbólica, raciocínio lógico, abstração e resolução de problemas. Para estudantes com deficiência intelectual, essas exigências podem se tornar mais complexas quando não há mediação adequada, recursos pedagógicos acessíveis e tempo suficiente para a aprendizagem.

A deficiência intelectual não deve ser compreendida como incapacidade absoluta de aprender. Trata-se de uma condição que pode envolver limitações no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, mas que não elimina as possibilidades de desenvolvimento, participação e construção de conhecimento. Assim, o desafio da universidade não está em reduzir a qualidade do ensino, mas em criar condições para que o estudante tenha acesso ao conteúdo, participe das atividades e demonstre suas aprendizagens por diferentes caminhos.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, estabelece que a pessoa com deficiência tem direito à educação em todos os níveis, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. A legislação também prevê a eliminação de barreiras e a oferta de adaptações razoáveis, quando necessárias, para assegurar a participação plena do estudante. Desse modo, pensar a inclusão no Curso de Matemática da UEMS/Cassilândia significa reconhecer que o acesso à universidade precisa estar acompanhado de permanência, apoio pedagógico e condições concretas de aprendizagem.

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre os desafios enfrentados por estudantes com deficiência intelectual no Curso de Matemática da UEMS/Cassilândia, destacando a importância do apoio pedagógico, das adaptações razoáveis e das práticas docentes inclusivas para favorecer a permanência, a participação e a aprendizagem desses acadêmicos no ensino superior.

2 DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

Este estudo caracteriza-se como uma reflexão qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em legislações, documentos oficiais e discussões teóricas sobre educação inclusiva, deficiência intelectual e ensino superior. A análise parte da compreensão de que a inclusão universitária não se limita à matrícula do estudante, mas envolve ações institucionais e pedagógicas voltadas à superação de barreiras.

Foram considerados documentos legais, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o Decreto nº 7.611/2011 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, além de autores que discutem a construção de práticas pedagógicas mais democráticas e acessíveis. A reflexão também considera o contexto específico do Curso de Matemática, no qual os conteúdos abstratos e a linguagem formal podem exigir estratégias diferenciadas de ensino.

A perspectiva inclusiva orienta que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes não sejam atribuídas apenas à deficiência. A universidade também precisa reconhecer as barreiras presentes em sua própria organização. As barreiras pedagógicas surgem quando há pouca diversificação metodológica ou avaliações padronizadas; as atitudinais aparecem quando a deficiência é vista como incapacidade; e as institucionais ocorrem quando não há planejamento, acompanhamento ou articulação entre docentes, coordenação e setores de apoio.

Nesse contexto, o apoio pedagógico especializado pode envolver orientação ao estudante, diálogo com os professores, adaptação de materiais, reorganização de atividades, tempo ampliado em avaliações, uso de linguagem mais objetiva e acompanhamento contínuo. Essas ações não significam facilitar indevidamente o curso, mas garantir condições justas para que o estudante acesse o conhecimento e demonstre sua aprendizagem.

No ensino de Matemática, algumas estratégias podem favorecer a inclusão, como o uso de exemplos concretos antes da apresentação de conceitos abstratos, a divisão das atividades em etapas menores, a retomada frequente dos conteúdos, a elaboração de roteiros de estudo, o uso de esquemas visuais, a resolução acompanhada de exercícios e o feedback individualizado. As avaliações também devem ser planejadas de forma acessível, preservando os objetivos da disciplina, mas permitindo diferentes formas de expressão do conhecimento.

A atuação docente é decisiva nesse processo. O professor universitário precisa compreender que os estudantes aprendem de formas diferentes e que uma prática inclusiva exige sensibilidade, planejamento e disposição para adaptar caminhos, sem comprometer a seriedade acadêmica. Além disso, a inclusão não pode depender apenas de ações isoladas. É necessário que a instituição estabeleça fluxos de atendimento, registre as necessidades do estudante, organize planos de acompanhamento e promova diálogo entre coordenação, docentes, setor de acessibilidade, atendimento educacional especializado e, quando necessário, família ou rede de apoio.

A inclusão também possui uma dimensão ética. O estudante com deficiência intelectual deve ser reconhecido como sujeito de direitos, e não como alguém que apenas recebe ajuda. A universidade precisa assegurar sua participação com dignidade, evitando exposição, infantilização ou discriminação. O respeito à autonomia do estudante e a escuta de suas percepções sobre as dificuldades enfrentadas são fundamentais para a construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo.

3 POSSÍVEIS RESULTADOS E DISCUSSÕES

A reflexão desenvolvida aponta que a inclusão de estudantes com deficiência intelectual no ensino superior ainda apresenta desafios, especialmente em relação à permanência acadêmica. Muitas vezes, o estudante ingressa na universidade, mas encontra dificuldades para acompanhar o ritmo das aulas, compreender textos teóricos, organizar atividades, realizar avaliações e participar de discussões que exigem maior abstração. No Curso de Matemática, essas dificuldades podem ser mais evidentes devido à presença de conteúdos que envolvem raciocínio lógico, linguagem simbólica, memorização de procedimentos e resolução de problemas.

Os possíveis resultados indicam, entretanto, que essas dificuldades podem ser reduzidas quando a instituição assume a inclusão como responsabilidade coletiva. O uso de estratégias pedagógicas mais claras, materiais acessíveis, acompanhamento individualizado, tempo ampliado e diferentes formas de avaliação pode favorecer a participação acadêmica sem alterar os objetivos formativos do curso.

Também se destaca a importância da articulação entre professores, coordenação e setores de apoio. Quando as necessidades do estudante são registradas e acompanhadas de modo contínuo, torna-se possível organizar intervenções mais consistentes e evitar que o acadêmico precise explicar repetidamente suas dificuldades em cada disciplina.

Assim, a experiência de inclusão no Curso de Matemática da UEMS/Cassilândia pode contribuir para ampliar a compreensão da comunidade acadêmica sobre diversidade, aprendizagem e justiça educacional. Ao adaptar práticas, rever posturas e fortalecer o apoio pedagógico, a universidade não beneficia apenas o estudante com deficiência intelectual, mas também qualifica o ensino para todos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de estudantes com deficiência intelectual no Curso de Matemática da UEMS/Cassilândia exige compromisso institucional, formação docente e construção de práticas pedagógicas sensíveis às diferenças. O ingresso no ensino superior é uma conquista importante, mas não garante, por si só, a permanência e o sucesso acadêmico. Para que a inclusão se efetive, é necessário eliminar barreiras, oferecer apoio pedagógico e assegurar adaptações razoáveis que respeitem as necessidades do estudante.

No caso da Matemática, os desafios relacionados à abstração, à linguagem simbólica e à resolução de problemas exigem metodologias mais claras, organizadas e acessíveis. O professor tem papel central nesse processo, pois suas escolhas metodológicas e avaliativas podem favorecer ou dificultar a aprendizagem. Ao mesmo tempo, a universidade precisa assumir a inclusão como responsabilidade coletiva, articulando coordenação, docentes e setores de apoio.

Conclui-se que a presença de estudantes com deficiência intelectual no ensino superior deve ser compreendida como oportunidade de transformação das práticas universitárias. A inclusão não reduz a qualidade acadêmica; ao contrário, amplia o compromisso social da universidade e fortalece sua função pública. Assim, construir uma universidade inclusiva significa reconhecer que todos os estudantes, com ou sem deficiência, têm direito à aprendizagem, à participação e ao respeito às suas singularidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 12 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 12 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 12 jun. 2026.